

# Drummond, José A. L. Proteção e produção: biodiversidade e agricultura no Brasil (Rio de Janeiro: Garamond, 2014), 144p.

Lucas Mores  
Programa de Pós-Graduação em História  
Bolsista CNPq  
Universidade Federal de Santa Catarina  
[lucasmores@uol.com.br](mailto:lucasmores@uol.com.br)  
Florianópolis  
Brasil

Recibido: 20 de febrero de 2015  
Aprobado: 7 de marzo de 2015

---

Em um dos estudos clássicos sobre as florestas brasileiras, escrito em meados da década de 1990, Warren Dean<sup>1</sup> mapeou o processo da destruição da Mata Atlântica e pode perceber que as medidas para conservação do que havia restado dela começaram a surgir apenas na segunda metade do século XX, depois de longos processos de uso intensivo do espaço e de uma destruição da biodiversidade da área florestal em nome de agroecossistemas. Apesar de ser um marco dos debates da História Ambiental no Brasil e apontar como a agricultura e o uso extrativista intensivo da floresta causaram perdas na biodiversidade, o estudo de Dean é a ponta de um iceberg dos debates da esfera civil no Brasil sobre o ambiente. Encontramos aqui um dilema da sociedade brasileira, que aproxima/confronta a necessidade de se preservar a biodiversidade<sup>2</sup> com suas riquezas de fauna e flora, de um lado, e a urgência de utilizar esses espaços para agricultura com vistas à produção de commodities com perdas severas para espécies vegetais e animais nativas. Nesses debates encontramos diferentes atores sociais defendendo várias perspectivas; podemos mapear os principais como políticos, agricultores, agrônomos, economistas,

---

<sup>1</sup> Dean, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira (São Paulo: Companhia das Letras, 1996).

<sup>2</sup> Para pensar nesta questão, Drummond utiliza do conceito de Megadiversidade que tem por objetivo pensar que a biodiversidade do planeta está presente no território de 17 países no mundo, sendo que o Brasil reúne aproximadamente 12% de toda a vida natural natural no planeta. Disponível em <<http://www.conservation.org.br/como/index.php?id=11>>. Acesso em: 14 de mai. de 2015.

agentes públicos e ecologistas, agentes que tornam o debate complexo e mostram que está diluído em muitos setores da sociedade civil.

É no contexto de debates sobre a preservação da natureza no início do século XXI que se insere a obra de José Augusto Drummond<sup>3</sup> que visa discutir, a partir de dois ensaios, como as ações humanas se relacionam ao consumirem, empobrecem e agirem em relação a biodiversidade, dando ênfase no debate de como espaços agrícolas e as técnicas devastadoras estão inseridas nessas mesmas práticas. Muito mais do que uma pesquisa histórica com documentação, esses ensaios propiciam ao historiador e outros cientistas que analisam as relações entre sociedades humanas e mundo natural um convite para refletir sobre como estão os embates e as disputas acerca do patrimônio ambiental, das unidades de conservação, das reservas florestais e mesmo das relações ambientais nas terras de povos tradicionais.

No primeiro ensaio, “Áreas protegidas versus áreas ocupadas por atividades produtivas e infraestrutura no Brasil- há espaço para todos?”, Drummond vem se opor às conclusões de um relatório elaborado por cientistas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) no qual eles atribuem às áreas de preservação ambiental o problema de que no Brasil não haveria mais territórios para a expansão da agricultura e da pecuária, atividades bases da economia nacional.<sup>4</sup> Como sugere o título do capítulo de Drummond, os autores desse estudo pontuam que, devido a pressões por território não haveria mais espaço para o desenvolvimento da agropecuária e que no cenário atual não seria possível a distribuição de espaços para todos desenvolverem suas atividades. Segundo aquele relatório, cerca de 70% do território nacional estaria destinado para áreas de proteção ou preservação ambiental, ou ainda, para minorias étnicas como grupos indígenas e quilombolas e somente 22,98% do território estariam disponíveis ao uso intensivo por parte da agropecuária.

---

<sup>3</sup> Um dos principais pesquisadores de História Ambiental no Brasil, professor da Universidade de Brasília e atua em pesquisas que pensam as relações entre política e ambiente, como políticas ambientais e os usos e conflitos em torno de recursos naturais. Para mais informações <<http://lattes.cnpq.br/4600608830046292>>. Acesso em 10 de mai. de 2015.

<sup>4</sup> Miranda, E. E., Carcalho, C. A., Spadotto, C., Hott, C., Oshiro, O. T., Holler, W. Alcance territorial da Legislação Ambiental e Indigenista. Campinas. EMBRAPA Monitoramento por Satélite, 2008. Disponível em: <<http://www.alcance.cnpm.embrapa.br/>> Acesso em: 06 de Mar. De 2015.

Para realizar a desconstrução de tal estudo, Drummond resolve analisar a situação com base no cruzamento de dados da seguinte forma: (I) da pesquisa de dados estatísticos sobre a extensão desses territórios preservados, sobre como estão classificados dentro da leis e a relação entre eles e o território brasileiro; (II) por outro lado, o autor pensa como as relações entre grupos humanos e o ambiente ocorrem nesses determinados espaços, refletindo que o uso da biodiversidade em terras de povos tradicionais, Unidades de Conservação, Áreas de Proteção Permanente e Reservas Legais ocorrem de maneira diferenciada, sendo que, em alguns destes espaços, formas de cultivos agrícolas são possíveis. O autor ainda coloca questões de infraestrutura no território para perceber que elas também ocupam seus espaços, como dutos, ferrovias, barragens de hidrelétricas ou estradas.

Ao analisar tanto a extensão quanto o uso desses território, Drummond conclui que grande parte do território é destinada a monocultivos, como a soja, o milho e a cana, além dos números da pecuária. Outro aspecto notado pelo autor é que a discussão sobre produtividade nos territórios já ocupados pela agricultura não são problematizados pelo relatório da EMBRAPA.

Com base na análise de Drummond, podemos considerar que o relatório é fruto de um pensamento corrente por parte do agrobusiness que domina grande de políticos, cientistas e a agricultores de grande porte que sustentam a tese de um Brasil agrícola e dependente exclusivamente dessa atividade econômica, desvalorizando todas as outras formas de uso da terra e de suas relações com o ambiente.

Já em seu segundo texto, “A biodiversidade como patrimônio- uma discussão social e cultural”, Drummond pensa o lugar da biodiversidade, o que ela é e como os grupos humanos devem conviver com ela. Para Drummond, o papel da biodiversidade reside nela mesma, pois os seres humanos são uma pequena parte do processo. Os humanos podem usar, alterar e modificar a biodiversidade, mas não a criam. Podemos entender que a biodiversidade em si está para além das atividades humanas, pois se reproduz, multiplica e por vezes se extingue sem a participação do *Homo sapiens*. Contudo, como o objetivo de Drummond é discutir essa relação delicada e tênue no Brasil entre a preservação da biodiversidade e a força do discurso sobre um país que reforça sua identidade e vocação agrícola, o termo

da agrobiodiversidade entra em questão, pois necessita do trabalho e esforço do ser humano para se manter, reproduzir e ser controlada. Nas regiões onde encontramos essas formações, a biodiversidade é reduzida a uma pequena gama de animais, fungos, bactérias e vegetais. Drummond considera que esses agrobiosistemas podem ser “cultivos agrícolas, plantéis de animais domesticados ou animais criados em cativeiro; jardins; hortas; pomares; mudeiros; viveiros; arranjos decorativos; florestas plantadas; jardins botânicos; jardins zoóligocos” (p. 68). Aqui percebemos que o ser humano não controla a natureza somente nos processo da agropecuária, mas também para outros fins.

Importante percebermos que a questão da biodiversidade também implica em um dos conceitos mais debatidos das ciências geológicas na contemporaneidade e que vem ganhando espaço dentro das ciências humanas, especialmente naquelas que debatem as relações das sociedades humanas e não humanas no Antropoceno. Para Drummond, este conceito se faz importante para perceber que as ações humanas no ambiente são recentes e, ao mesmo tempo, pensar que essas ações incidem no patrimônio natural que se desenvolveu durante muito tempo sem a presença de humanos.

Entendo, assim, que o texto de José Augusto Drummond está inserido em um dos debates mais importantes e atuais da sociedade brasileira, bem como das ciências socioambientais. Apesar de não apresentar uma História Ambiental, nos abre várias possibilidades de pensar diferentes histórias ambientais de biodiversidades, de povos tradicionais, de territórios, de usos dos recursos naturais e tantos elementos presentes no Brasil contemporâneo.